

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº. 128, DE 28 DE JUNHO DE 2013.**

“Altera o *caput* e o § 2º do art. 2º da Lei nº. 2.252 de 13 de dezembro de 2005, que autoriza o pagamento parcelado da dívida ativa junto à Fazenda Pública Municipal e dá outras providências”.

**SERGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º.** O *caput* e o § 2º do art. 2º da Lei n.º. 2.252, de 13 de Dezembro de 2005, passam a ter a seguinte redação:

“**Art. 2º.** O parcelamento de que trata esta Lei será concedido em parcelas mensais, consecutivas e iguais, e indicará o valor do crédito principal, acrescido de correção monetária, pelo índice IPCA, e de juros 1% ao mês, calculados até a data da assinatura do compromisso de pagamento, e do percentual de 1% ao mês de encargos do financiamento.

§ 1º (...)

§ 2º O atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer valor implicará no cancelamento do parcelamento e na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago.”

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 28 de junho de 2013.

**SERGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**FABIANA DA SILVA KRASCHEFSKI**  
Secretária da Administração.

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.**

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o projeto de lei nº. 128, de 28 de junho de 2013, que “Altera o *caput* e o § 2º do art. 2º da Lei nº. 2.252 de 13 de dezembro de 2005, que autoriza o pagamento parcelado da dívida ativa junto à Fazenda Pública Municipal e dá outras providências”.

O presente projeto de lei visa atualizar as previsões de parcelamento sobre dívida ativa inscrita, existentes junto a Fazenda Pública Municipal.

Tal proposta deve-se pelo fato de que a referida norma prevê o parcelamento da dívida ativa, porém não antevê o percentual da penalidade pelo inadimplemento.

Cumpre salientar que a inclusão deste percentual de multa de 1% (um por cento) ao mês de juros do Financiamento, trará o benefício de evitar o inadimplemento dos contribuintes, perante o termo de compromisso acordado com o Município, haja vista, que tal determinação irá acatar o art. 37º CF/88, que nos traz o princípio da legalidade, pois anteriormente não havia previsão legal para tal cobrança.

Desta forma, a Administração Municipal entende ser viável as alterações ora proposta.

Sendo o que nos cumpria apresentar, aproveitamos o ensejo para saudar a todos os componentes dessa Casa Legislativa.

**SERGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal